

O leitor perverso: soberania e violência na interpretação literária de Kafka e Camus

Rafael Sarto Muller*

<http://orcid.org/0000-0002-7651-9023>

Resumo: Este artigo estuda os efeitos pragmáticos da soberania do leitor quando da interpretação de textos literários. Valendo-se de *Carta ao Pai*, de Kafka, e *O estrangeiro*, de Camus, verifica-se os modos como leitores interpretam as vivências dos sujeitos (o próprio Kafka, remetente da carta; ou Meursault, narrador-personagem de Camus) e retroalimentam o que esses mesmos sujeitos sofrem. Metodologicamente, dialoga-se com Jakobson e Watzlawick, Beavin e Jackson. Kafka inverte os duplo-vínculos do pai para escapar da situação insustentável. Meursault mantém sua postura, entregando a interpretação de seu destino a leitores e a outros personagens, sendo morto ao final da narrativa.

Palavras-chave: Recepção literária. Soberania. Pragmática. Comunicação. Legitimidade.

The perverse reader: sovereignty and violence in the literary interpretation of Kafka and Camus

Abstract: This article studies the pragmatic effects of reader sovereignty when interpreting literary texts. Based on *Letter to the Father*, by Kafka, and *The Stranger*, by Camus, it verifies the ways in which readers interpret the experiences of the subjects (Kafka himself, sender of the letter; or Meursault, narrator-character of Camus) and feedback what these same subjects suffer. Methodologically, Jakobson and Watzlawick, Beavin and Jackson are used. Kafka reverses the father's double binds to escape the untenable situation. Meursault maintains his posture, delivering the interpretation of his destiny to readers and other characters, being killed at the end of the plot.

Keywords: Literary reception. Sovereignty. Pragmatic. Communication. Legitimacy.

El lector perverso: soberanía y violencia en la interpretación literaria de Kafka y Camus

Resumen: Este artículo estudia los efectos pragmáticos de la soberanía del lector al interpretar textos literarios. A partir de *Carta al padre*, de Kafka, y *El extranjero*, de Camus, se verifican las formas en que los lectores interpretan las vivencias de los sujetos (Kafka, remitente de la carta; Meursault, personaje de Camus) y alimentan lo que sufren estos mismos sujetos. Metodológicamente se utilizan Jakobson y Watzlawick, Beavin y Jackson. Kafka invierte el doble

* Pontifícia Universidade Católica de Minas (PUC Minas). Doutorando em Letras-Literaturas de Língua Portuguesa. E-mail: rafaelmuller776@gmail.com.



vínculo para escapar de la situación insostenible. Meursault mantiene su postura, entregando la interpretación de su destino a los lectores y otros personajes, siendo asesinado al final.

Palabras clave: Recepción literaria. Soberanía. Pragmático. Comunicación. Legitimidad.

Introdução

O presente artigo tem por temática a recepção literária com enfoque em seus aspectos pragmáticos sobre a obra literária. Pretende-se estudar os efeitos dessa recepção (materializados na forma do discurso dos leitores) sobre a construção da própria obra literária. Naturalmente, trata-se de uma meta impossível do ponto de vista objetivo: se a obra precisa ser construída e acabada antes para, só depois, vir a ser recebida pelos leitores, não há modificação possível que a leitura realizada pudesse operar sobre os elementos da obra recebida. Isso é certo em se considerando a obra sob a sua forma de materialidade: as palavras inseridas em um só texto pretérito.

Entretanto, no mundo literário, é possível ao autor, durante o seu percurso de escrita – de vários textos –, ir coletando elementos das recepções de seus leitores sobre outras obras (ou das interações que vai tecendo ao longo da vida com essas pessoas) e, por fim, ficcionalizar tais discursos dentro de uma obra subsequente, interagindo com eles, fazendo um juízo de valor sobre o que ocorre no mundo da recepção. Ainda que impossível materializar o discurso dos leitores (não se pode dar conta de todas as leituras em potencial de um texto e cada leitor tem repertórios próprios para compreender um texto), o autor ainda assim tem acesso a algumas dessas leituras de mundo nas relações que tece e é transpassado por elas quando escreve. Isso é o que parece se passar em *Carta ao Pai* (1997), de Franz Kafka, um texto do gênero epistolar que faz menção a outras obras suas anteriormente escritas e diz, explicitamente, em alguns momentos, da forma como ela era recebida – por exemplo, por seu pai, destinatário potencial da carta. Não à toa, essa será uma das obras analisadas neste artigo.

Ainda que teóricos como Rosenfeld (2015) nos recomendem a leitura de *Carta ao pai* como ficção que contém um fundo autobiográfico, baseamo-nos no método cético (EVA, 2005) e contra-indutivo (FEYERABEND, 1977) em nossa análise. É dizer: negamos

conclusões ou verdades anteriores para estabelecer novas relações, descrevendo narrativamente as associações possíveis da escrita e leitura de um texto. Dizer de um texto que é uma performance literária, ficcionalizado, e que subverte o real ou testemunhal é uma proposição-verdade pautada na crença, antes, de que existe uma clara dicotomia entre ficção e realidade e que, eventualmente, um texto pode misturar elementos de um ou outro mundo (ficcional ou real). Aqui, partimos da concepção de que a diferença entre ficção e realidade não está nos eventos/fenômenos (conteúdo), mas na linguagem (forma). Ficcionalizar é um modo metafórico e narrativo de descrever o comportamento humano (SKINNER, 1978): observado o comportamento num contexto, decompõe-lo em comportamentos menores ou atributos e, encontrando algum desses comportamentos menores noutro contexto, estabelece-se a associação. É o caso em Kafka, por exemplo, do pai comparado ao mapa-múndi pelo aspecto de que tudo que ocorre no mundo pode ser localizado/direcionado ao pai. Não há coisas no mundo material fora do espaço; assim como todos os eventos da vida de Kafka eram por ele relacionados ao pai. Isso, entretanto, é uma opção de leitura do leitor: não precisamos usar o mapa-múndi para irmos na esquina de nossas casas; da mesma forma que Kafka não precisaria relacionar toda sua vida ao pai. Cartografia e psicanálise são meras tecnologias à nossa disposição, ainda que tentem se passar por verdades dogmáticas. Negando a dicotomia entre ficção e realidade (baseada no conteúdo verdadeiro ou falso dos eventos), a performatividade literária passa a ser um recurso persuasivo: imagens metafóricas grandiosas têm o mesmo objetivo de provas documentais selecionadas e organizadas na escrita da história. Um persuade pela imagem (descreve a aparência), outro persuade pela argumentação (descreve o funcionamento). O caráter misto de ficção e realidade, portanto, não é dado pelos atributos de verdade e falsidade no conteúdo, mas pelos atributos de descrição das aparências e das funções (formas de descrever o mesmo conteúdo: uma anatômica; outra funcional). Não se pode, de fato, tomar o pai mapa-múndi como uma verdade absoluta, vez que sob o aspecto material o pai não é feito de fibras de celulose e tintas, mas de carne e osso (e pele, e cérebro e outros órgãos e tecidos). Ainda assim, não resta prejudicada a veracidade do aspecto funcional: para Kafka, a sua leitura de suas interações com o pai funcionava tal qual um mapa-múndi – tudo pode ser localizado ou geograficamente referenciado. A alusão ao mapa parece dar-se tão somente pelo atributo da sensação de

onipresença do pai, que poderia ser descrito com outras palavras. Em todo caso, a performatividade literária (imagem metafórica) não prejudica necessária e automaticamente o crivo verdade/falsidade do conteúdo e, aqui, esse crivo não nos interessa pelo recorte de pesquisa escolhido.

A outra obra escolhida para estudo – *O estrangeiro* (2019), de Albert Camus – lança aos próprios influxos de pensamento do narrador-personagem os juízos de valor sobre a recepção discursiva de outros personagens, em procedimento muito similar ao realizado por Kafka. Diferentemente, entretanto, tudo vai ficcionalizado: o narrador-personagem discorre sobre os discursos orais de outros personagens que tratam sobre a interpretação dos eventos do próprio enredo. Notadamente, o Sr. Meursault, narrador-personagem de *O estrangeiro*, será julgado por seu crime e, no tribunal, reflete sobre a forma como o seu próprio discurso (aquilo que ele fala em sua defesa) está sendo recebido/interpretado por seus ouvintes no tribunal (o juiz, o júri, o promotor).

Eis, portanto, delineado o objeto recortado da pesquisa ora empreendida: os efeitos comportamentais (aspectos pragmáticos) que os procedimentos interpretativos operados pelos personagens (no romance) ou interlocutores (na epístola) geram sobre a escrita da própria obra (materializada, ficcionalmente, no discurso do narrador-personagem protagonista do romance e no autor-remetente da epístola).

Para tanto, em termos metodológicos, a pesquisa se baseia majoritariamente nos estudos realizados por Watzlawick, Beavin e Jackson (1993) sobre a pragmática da comunicação humana e de Roman Jakobson (2010) sobre linguística e comunicação, cujos ensinamentos sobre interpretação serão resgatados na primeira parte deste artigo. Essa escolha dá-se pelo recorte analítico operado: a pragmática, um campo mais detidamente trabalhado na linguística e comunicação. Apesar disso, não serão ignorados autores próprios da literatura, como Wolfgang Iser (1999), Luiz Costa Lima (2006) e Terry Eagleton (2019). Na sequência é que será feita a análise pormenorizada das obras em comento.

Metodologia: estudo atômico do ato de interpretação

Cumpra inicialmente pontuar, conforme Iser (1999), que o sentido final de um texto é construído pelo leitor¹, não estando no próprio texto o seu sentido. Essa premissa é relevante de se repetir pois há correntes de pensamento ainda fortes – e até potencialmente hegemônicas em alguns campos do saber, como nas ciências jurídicas – que insistem em pensar o ato interpretativo correto como dado, automático e inquestionável. O efeito imediato é, como o próprio autor continua, pensar a leitura como uma “[...] interação dinâmica entre texto e leitor” (ISER, 1999, p.10).

O resultado disso é que “Não existe uma interpretação correta única” (EAGLETON, 2019, n.p), podendo as palavras de um texto serem interpretadas diversamente, através das várias suposições e associações que o leitor faz com determinadas palavras e/ou estruturas textuais. Doutro lado, entretanto, é comum falar-se em leituras mais ou menos convincentes quando levam em conta vários dados do texto (EAGLETON, 2019, n.p).

O texto de Eagleton é, ele mesmo, convincente, uma vez que no conteúdo ele é um defensor também da interpretação como um ato relacional entre texto e leitor. Entretanto, associar a força de convencimento de uma leitura à recorrência de dados encontrados dentro do texto pode fazer com que o estudioso flerte com a premissa do ato interpretativo automático e inquestionável, onde uma prova de verdade é possível, e prejudique, por incoerência interna, sua própria análise.

Jakobson (2010) é quem parece se ater mais radicalmente a esta proposta leitora quando aponta que determinadas leituras têm uma probabilidade estatística maior de ocorrência em virtude da pressão social, o que limita a liberdade no caso comum. Assim, a “interpretação verdadeira” – ou a própria “verdade” – não existe, não é necessária e não está em lugar algum. No nível do leitor individual, tudo pode e a liberdade absoluta é

¹ Outros autores seguem a mesma linha geral, ainda que com enfoques ligeiramente diferentes: Blanchot (1987) trata do atributo “literário” dado à obra apenas no ato da leitura; Barthes (2012) incluirá a tríade autor-texto-leitor na recepção de uma obra; Wittgenstein (1968), agora já na filosofia, tomando o sujeito como limite do mundo (a obra só existe para o sujeito quando o sujeito a vê; do contrário, para aquele sujeito, a obra sequer existe). Como recortamos a interpretação como um processo de associações, optamos por Iser para nos dar suporte na literatura, uma vez que não será nosso escopo o debate para julgar um texto como literário ou não. Como trabalhamos numa tradução intralingual de dois textos literários (da linguagem ficcional para uma linguagem da comunicologia), não usamos Barthes pois a sua escrita sobre teoria também tende à performática, como em *O rumor da língua*, em que diz do rumor como “ouvir a própria evaporação do barulho” (BARTHES, 2012, p. 93).

inegável. No nível social (o caso comum), entretanto, quando as leituras individuais passam a ser compartilhadas, pode-se, no máximo, afirmar que umas são mais prováveis que outras, depois de também ter sido realizado o ato castrador de, por aproximações arbitrárias, considerar determinadas leituras individuais suficientemente iguais umas às outras para que sejam agrupadas e quantificadas dessa forma.

Vê-se, portanto, que a concordância sobre o ato interpretativo entre autores do campo da literatura, linguística e comunicação é coincidente. Jakobson (2010) opta por focalizar o aspecto atômico da interpretação e agrada-nos por sua linguagem, de modo que é nosso autor de escolha, ainda que outros tenham tratado coincidentemente do tema com outros enfoques.

Ainda que a noção de “verdade” seja facilmente desconstruída por essa breve análise, é também inegável que ela mesma – a Verdade –, por mais inventada ficção que seja, é vastamente popularizada e perseguida. Não deixa, portanto, de ser um fenômeno social. Abstrato, decorrente da mente inventiva de certos sujeitos, mas ainda assim social, visto que gera repercussões nos modos de organização e tem significados culturalmente atribuídos.

Jakobson (2010) também, agora nos estudos atômicos de comunicação, é quem parece lançar as bases para se sistematizar bem esse fenômeno. Uma vez que temos, basicamente, um emissor, um receptor e a mensagem (do ponto de vista material), o julgamento de veracidade ou aceitação da mensagem pelo receptor será um ato interpretativo. A interpretação, como vimos, cabe exclusivamente ao leitor no nível individualíssimo, sendo obtida a partir das associações que faz entre a mensagem recebida e o seu contexto – entram aí os referentes e o código, nos termos de Jakobson (2010), ou tudo o mais: cultura, histórico de repertórios comportamentais etc., nos termos de outros teóricos de outras áreas, como Raymond Williams (1958) nos estudos culturais, Skinner (1974) no comportamentalismo e assim por diante.

O julgamento de veracidade, portanto, sendo um fenômeno interpretativo de segundo nível, vincula-se profundamente à pressão social. Vejamos: o observador que analisa se determinado leitor julga verdadeira uma informação, ele-mesmo-observador já deve ter para si o julgamento de veracidade da mesma informação, para poder julgar se o leitor fez o mesmo juízo que o seu (observador) ou um diferente. Logo, a ideia de “verdade”

está associada diretamente à coincidência de leituras entre aquele que julga e o leitor subsequente. Isso dito, a alcunha “verdadeiro” decorre não do fenômeno em si mesmo – existente ou não –, mas do fato de alguma autoridade julgadora o ter assim cunhado ou, em face da impossibilidade de identificar uma autoridade em isolado, relegada a autoridade à força majoritária.

Se a grande maioria dos leitores coincide em determinada leitura, ela é adjetivada “verdadeira”, “certa”, “correta”, etc. Se uma autoridade (críticos literários, professores, juízes, celebridades, etc.) faz determinada leitura, ela também é adjetivada “verdadeira”, “certa”, “correta”, etc. Entretanto, como visto anteriormente, esses adjetivos não dizem qualquer respeito ao texto em si mesmo ou à informação dele derivada, mas servem tão somente como um selo de que ali reside uma autoridade. O entrave é que, culturalmente, vale mais a pressão social para impor um comportamento premeditado de leitura específica do que a habilidade do leitor em pensar por conta própria e tecer, transparentemente, as associações que julgar devidas. Não à toa, dirá Peter Pál Pelbart (2011, p. 34) que soberano é o que “[...] dispõe livremente do tempo e do mundo, dos recursos do mundo [...] [que] não serve para nada [...] [e] vive do excedente extorquido aos outros, e cuja existência se abre sem limites”.

Naturalmente, para que essa figura mítica inútil chamada “autoridade” ganhasse uma utilidade forjada e mantivesse todo o poder de vincular a interpretação dos fenômenos do mundo e o poder de nomeá-los “verdade” ou “mentira”, foi precisa uma série de deslocamentos associativos. Essa perspectiva histórica é bem trabalhada em Costa Lima (2006, n.p), quando destaca, por exemplo, a passagem que Plutarco confere a Górgias, dizendo “aquele que aceitava a ilusão [era] mais sábio que aquele que não a aceitava”. Na medida em que os caracteres valorizados socialmente – inteligência, sabedoria etc. – eram, dessa maneira, associados à submissão às autoridades, à capacidade de um indivíduo de mutilar-se mentalmente a si mesmo, sofrer sem questionar, ser um escravizado exemplar, passou a ser valorizada socialmente e cultuada a ponto de tornar-se chavão: obedece quem tem juízo.

Eis, pois, toda a trama – histórica, linguística e comunicacional – que desemboca no postulado de Watzlawick, Beavin e Jackson (1993): o aspecto relacional sobrepõe-se ao aspecto do conteúdo numa comunicação. Várias repercussões beiram o óbvio: só é

possível pensar por si próprio (conteúdo) quando a autoridade é excluída; a liberdade radical só é possível sem hierarquias; o progresso do pensamento humano depende de que as leis (discursos materializados das autoridades) sejam ignoradas e/ou confrontadas, etc.

Excluído o observador externo julgador da legitimidade do ato interpretativo (2º nível), torna-se possível estudar o ato interpretativo em 1º nível (leitor e texto). Como o leitor é quem colhe as frações textuais (palavras, ordenamento sintático etc.) e faz associações livremente – no nível individualíssimo, ele é soberano –, o leitor forja uma autoridade sobre a interpretação do texto e, por extensão, sobre as palavras do autor. Por um momento, todo leitor é dotado de uma soberania que é, ao mesmo tempo, inevitável, mas efêmera e encenada.

No nível individualíssimo – como já o vimos – a liberdade é absoluta e não há o que fazer; importa, aqui, conhecer o processo segundo o qual essa autoridade soberana do leitor sobre as palavras do autor ganha corpo social, tornando-se autoritária e exercendo pressão social sobre os comportamentos daquele que dispõe as palavras (autor, narrador, etc.).

Isso é feito através da publicização de uma “leitura convincente”, algo potencialmente problemático se usado nesses termos de Eagleton (2019). Uma “leitura convincente” é aquela que ganha socialmente ares de “verdade”, ainda que se detenha o pressuposto da inexistência da verdade em si. Para tanto, como já o vimos: majoritária – como o são a maior parte das leituras superficiais, uma vez que a “inteligência” é medida socialmente pelo quanto o sujeito é capaz de acatar as leituras das autoridades sem questionar; ou convencimento pela autoridade soberana (a posição de poder, e não o conteúdo, é que legitima a leitura). Nesse sentido, não há nada que impeça que o autor ou personagem-narrador seja oprimido por outros leitores ou personagens. Basta que o autor ou personagem-narrador seja um sujeito estranho ao contexto social, minoritário. Excluído do direito à verdade por ser um sujeito *sui generis* em seu modo de pensar e interpretar o mundo por si próprio, afunda-se em um paradoxo comunicacional: exige-se que ele fale para se justificar (afinal, é o autor e o acusado), mas interpreta-se tanto o silêncio quanto tudo que for dito em desfavor de quem fala (afinal, a autoridade julgadora tem, momentaneamente, o poder soberano de recortar o que bem entender, ignorar outro

tanto, etc., tudo para conformar a interpretação que lhe agrade e prejudique ao outro, como no modelo de justiça de Trasímaco, o sádico do banquete platônico).

São Watzlawick, Beavin e Jackson (1993), de novo, que se debruçam sobre tais paradoxos comunicacionais. Em linhas gerais, são aqueles comandos emitidos pela autoridade que para serem atendidos precisam ser ignorados e vice-versa. O exemplo clássico trazido pelos autores e que será, inclusive, usado neste artigo é o comando: “aja naturalmente”. Uma vez atendido, é impossível atendê-lo, pois forjar naturalidade é diferente de agir profundamente de modo natural, sem qualquer interveniente autoritário.

Conforme os mesmos autores, não há saída possível para o paradoxo comunicacional, criando uma situação insustentável para aquele que está nele vinculado. A luta contra esse tipo de violência (pois não deixa de ser a imposição de uma submissão) só é possível no nível social: falando-se sobre o paradoxo; ou, para usar os termos dos próprios autores, “metacomunicando-se”. A outra alternativa é meramente paliativa: recorrer a uma terceira autoridade que dê por encerrado o paradoxo através de uma ordem imediatamente acatada por ambos (algo do tipo: “está revogado o comando ‘aja naturalmente’; ambos ajam como quiserem”). Isso é paliativo, pois a estrutura de poder autoritário se mantém, resolvendo um caso pontual, mas abrindo precedentes para sua multiplicação em nível social (as pessoas envolvidas creem que a autoridade é uma solução legítima e generalizam o modo de pensar autoritário para todo o restante de suas vidas). Recorrem à autoridade sempre que têm um problema, legitimando as autoridades e aumentando o risco de, em breve, serem vítimas das mesmas autoridades a que recorreram.

Enquanto autoridade que se acredita legítima, o leitor perverso do título é dado pelo fato de ele se valer da sua soberania interpretativa (por mais efêmera e encenada) para afirmar a fraqueza, pequenez ou outro defeito moral do remetente ou personagem-narrador. Além disso, a perversidade, para além da violência, majora o sofrimento da vítima usando uma estrutura que cria uma situação insustentável, impossível de contra-argumentação simples, marcas evidentes da condição de Kafka e do Sr. Meursault.

Efeitos pragmáticos da interpretação pretérita sobre a enunciação subsequente em Kafka

A situação do “aja naturalmente” assemelha-se profundamente ao que acontece com Kafka (o autor tornado personagem de sua narrativa, a partir do *corpus* analisado, mas que por nossos pressupostos teóricos adotados e supramencionados não se diferencia de modo relevante do próprio autor ou pessoa; as diferenças que podem ser sugeridas entre eles estão fora do escopo recortado de análise). Qualquer que seja a forma que o interlocutor aja, isso será interpretado como não-natural por quem emitiu a ordem pois, caso aparente natural, não o será, uma vez que a aparência é indício de que a ordem foi acatada, quebrando a naturalidade. E caso não aparente natural, não o será em absoluto, pois sequer a aparência tem qualquer coisa de natural. De todo modo, a questão não está no agir, mas na interpretação do mandante. Caso o interlocutor sequer tivesse ouvido a ordem e, assim, agisse de fato naturalmente, o mandante ainda interpretaria pela não-naturalidade usando dos mesmos argumentos.

É o que se dá entre o leitor e Kafka com relação ao controle exercido pelo pai sobre ele. A performance literária usada sob o recorte de pesquisa aqui estabelecido, em vez de colocar em questão a relação entre verdade e falsidade do real e do ficcional, serve-nos para descrever os modos como a autoridade exerce controle sobre os sujeitos. Se a relação entre o pai “real” do Kafka “real” não fora exatamente como descreve a epístola ficcional, isso não é relevante para o escopo da atual pesquisa. A literatura é um modo metafórico e narrativo de descrição dos comportamentos observáveis (SKINNER, 1978), de modo que hierarquizar realidade e ficção, considerando a primeira como Verdade e a segunda como mera ficção, é um modo de atribuir mais poder à autoridade – já poderosa –, uma vez que partimos de pressupostos filosóficos céticos e, pois, opostos ao dogmatismo (que forjam, por exemplo, a separação entre realidade e ficção como algo claramente delimitado e necessário). A leitura do controle despótico paterno é feita por Modesto Carone no comentário “Uma carta notável” inserido na publicação da *Carta ao Pai* utilizada para este estudo. Ele diz que “[...] é comprovável que, em última instância, a ficção de Kafka passa pela figura do pai e do tirano para chegar à falta de liberdade objetiva

do mundo administrado” (CARONE apud KAFKA, 1997, n.p). Concorda-se com essa leitura, que, como bem sustenta Carone em seu texto, encontra lastro em vários outros textos: as autoridades intangíveis e arbitrárias em *O Processo*, o pai Samsa em *A metamorfose*, e, na própria *Carta*, com a imagem simbólica do pai estendido sobre o mapa-múndi (KAFKA, 1997).

Que, no passado, o pai exerceu extremo controle sobre Kafka, isso parece latente e o próprio Kafka o relata na carta, de modo ficcional. Entretanto, do ponto de vista pragmático, o movimento que Kafka realiza para superar esse controle é exatamente o da metacomunicação conforme proposto por Watzlawick, Beavin e Jackson (1993). Sendo impossível fugir individualmente ao controle despótico, fala-se sobre ele como forma de elaborá-lo para a posteridade e para os outros. O que há a ser falado sobre autoridades despóticas é o que Kafka faz, por exemplo, em *O Processo*. Lá, a autoridade é intangível e arbitrária, como o é toda autoridade: uma abstração mítica² que funciona como selo para que algumas pessoas comuns, sem qualquer distinção, sejam supervalorizadas e legitimadas em seu ofício de expropriar soberanamente os outros.

Conforme Skinner (1978), a literatura é um produto verbal que surge em um contexto de controle de fortes privações e emite um comportamento que ampliará o repertório de muitos falantes. Lembremos que a inteligência, a sabedoria e a racionalidade são julgamentos de valor decorrentes da subordinação e da submissão. Quando há controle baseado em privações e, em vez do silenciamento e comportamento comatoso esperado de um ser racional, o sujeito desenvolve repertório verbal inesperado e diverso capaz de gerar enfrentamento, isso é julgado um “comportamento irracional”, sendo material próprio da literatura e algo especialmente útil ao progresso do

² Toda autoridade é mítica sob o aspecto de não existirem materialmente, palpáveis, não serem corporificadas. São metafísicas sob este aspecto. São meros símbolos, rótulos, diplomas, titulações, etc. conferidos a determinadas pessoas pelo modelo econômico e de organização social hoje adotados. A autoridade não possui um corpo biológico; a pessoa do juiz, do pai etc., sim. Usando esta chave de análise (biológica) como critério da dicotomia mito vs. real, a autoridade é mítica e, portanto, não é real. Doutro lado, a pessoa (amontoado de células) é real, logo, não-mítica. Essa separação pode ser difícil de ser estabelecida na vida cotidiana pois nossos cérebros foram automatizados para uma associação muito rápida entre determinadas pessoas e as suas titulações/rótulo. Entretanto, para fins metodológicos de uma análise – que por definição pressupõe a separação de fenômenos complexos em partes menores para descrever a elas e às suas relações entre eles –, é útil para o escopo desta pesquisa que essa diferenciação esteja transparentemente estabelecida.

conhecimento no mundo, algo em que concordam Skinner (1978) e Feyerabend (1977). É o que está negativamente também em Lévi-Strauss (1975) quando diz:

Transformando o histérico ou o pintor inovador em anormais, nós nos dávamos ao luxo de crer que eles não nos diziam respeito e que pelo simples fato de sua existência não colocavam em jogo uma ordem social, moral ou intelectual aceita. (LÉVI-STRAUSS, 1975, p. 14).

Esse fora, ao que parece, o primeiro passo de Kafka perante o pai despótico, sendo depois capaz de tratar de modo mais direto em sua carta a respeito dessa autoridade sobre ele exercida. Mais do que isso, Kafka usa de estratégias igualmente vinculadoras de seu interlocutor, de modo a prendê-lo nas mesmas amarras da interpretação soberana a que Kafka antes fora amarrado.

Dos duplo-vínculos instaurados pelo pai, o mais evidente decorre do somatório de dois comandos autoexcludentes entre si: o silenciamento submisso (“Nenhuma palavra de contestação!”) e o pedido de demonstração de simpatia (“Você não exigiu gratidão [...], mas pelo menos alguma coisa de volta, algum sinal de simpatia”). É o que se tem em:

Você dizia: “Nenhuma palavra de contestação!” e com isso queria silenciar em mim as forças contrárias que lhe eram tão desagradáveis, mas essa influência era muito forte para mim, eu era dócil demais, emudecia por completo, me escondia de você e só ousava me mexer quando estava tão distante que o seu poder não me alcançava mais, pelo menos diretamente. (KAFKA, 1997, n.p).

Com esse alheamento decorrente da primeira ordem, a demonstração de simpatia é completamente frustrada, de modo que é impossível ao personagem Kafka atender às duas exigências do pai concomitantemente:

[...] você não exigiu gratidão [...], mas pelo menos alguma coisa de volta, algum sinal de simpatia; ao invés disso sempre me escondi de você, no meu quarto, com os meus livros, com amigos malucos, com ideias extravagantes, nunca falei abertamente com você. (KAFKA, 1997, n.p).

Lembremos, entretanto, que o pai é presumidamente soberano. A confrontação direta de Kafka cunhando-o “tirano” seria improfícua, posto que o pai –detentor da razão e da verdade – poderia simplesmente dizer da opinião de Kafka que o juízo dele era incorreto e que ele-pai era, em verdade, bondoso e amoroso. É o que ocorre em:

Da sua poltrona você regia o mundo. Sua opinião era certa, todas as outras, disparatadas, extravagantes, *meshugge*, anormais. Tão grande era sua

autoconfiança que você não precisava de modo algum ser consequente, sem no entanto deixar de ter razão. [...] Você assumia para mim o que há de enigmático em todos os tiranos, cujo direito está fundado, não no pensamento, mas na própria pessoa. (KAFKA, 1997, n.p).

Num dado ponto, Kafka resume a sua condição insustentável:

Com isso o mundo se dividia para mim em três partes, uma onde eu, o escravo, vivia sob leis que tinham sido inventadas só para mim e às quais, além disso, não sabia por que, nunca podia corresponder plenamente; depois, um segundo mundo, infinitamente distante do meu, no qual você vivia, ocupado em governar, dar ordens e irritar-se com o seu não-cumprimento; e finalmente um terceiro mundo, onde as outras pessoas viviam felizes e livres de ordens e de obediência. Eu vivia imerso na vergonha: ou seguia as suas leis, e isso era vergonha porque elas só valiam para mim; ou ficava teimoso, e isso também era vergonha, pois como me permitia ser teimoso diante de você?, ou então não podia obedecer porque, por exemplo, não tinha a sua força, o seu apetite, a sua destreza, embora você exigisse isso de mim como algo natural: esta era com certeza a vergonha maior. Desse modo se moviam não as reflexões, mas os sentimentos do menino. (KAFKA, 1997, n.p).

Interessante notar o trecho final: “se moviam não as reflexões, mas os sentimentos do menino”. Lembre-se que as reflexões acertadas só eram aquelas decorrentes do pai, de modo que Kafka, para fazer frente à racionalidade perversa do pai, precisa usar da desrazão (os sentimentos do menino), tal qual o fizera com sua literatura.

Eis, portanto, a hora em que podemos passar à análise das estratégias de vinculação do próprio Kafka, neste momento assumindo a posição provisória de intérprete dos fatos. Em linhas gerais, a opção mais adotada é a de antecipação e aceitação irrestrita das acusações e da razão despótica. Trata-se de uma estratégia de dupla-vinculação pois, ao fazer a acusação já antecipada, automaticamente dá-se razão à vítima de que a sua interpretação é acertada. Entretanto, o histórico de exercício de poder da razão soberana despótica sobre a vítima esteve alavancado pela acusação de desrazão, que se tornaria impossível nesses termos. É o que ocorre nos seguintes trechos:

Você me perguntou recentemente por que eu afirmo ter medo de você. Como de costume, não soube responder, em parte justamente por causa do medo que tenho de você, em parte porque na motivação desse medo intervêm tantos pormenores, que mal poderia reuni-los numa fala. E se aqui tento responder por escrito, será sem dúvida de um modo muito incompleto, porque, também ao escrever, o medo e suas consequências me inibem diante de você e porque a magnitude do assunto ultrapassa de longe minha memória e meu entendimento. (KAFKA, 1997, n.p).

Antecipando a impossibilidade de resposta completa em virtude da falta de elementos de memória e entendimento, qualquer discordância interpretativa e desvio, por parte de Kafka, na eleição dos fatos narrados, seria argumento em prol da lucidez de Kafka, que teria acertado, se não nos fatos narrados, na sua condição de incompletude. O opressor é obrigado a dar à vítima alguma vitória, seja pelos fatos, seja pela boa autoconsciência de suas limitações.

Aqui, contudo, peço-lhe encarecidamente que não se esqueça de que nem de longe acredito numa culpa da sua parte. Você influiu sobre mim como tinha de influir, só que precisa deixar de considerar como uma maldade especial da minha parte o fato de eu ter sucumbido a essa influência. (KAFKA, 1997, n.p).

De forma semelhante funciona a retirada da culpa das costas do pai. É pressuposta a responsabilidade ou influência extrema, mas negada a culpa. Essa estrutura narrativa pressuposicional acaba por minar as alternativas lógicas da autoridade: se acata o discurso, livra-se da culpa, mas dá razão à lógica da vítima; se rejeita o discurso, assume a culpa. Para a vítima, portanto, a linguagem pressuposicional acaba sendo libertadora e terapêutica (METCALF, 2017). Ainda que toda linguagem, em nível atômico e individual, seja construída sob pressupostos (BATESON, 1986), a “linguagem pressuposicional” é o termo usado quando sua estrutura é tal que os pressupostos são mais evidentes e geram, probabilisticamente, efeitos pragmáticos mais fortes sobre o interlocutor.

Quando, no processo analítico de leitura de um texto, encontra-se a estrutura *se...então*, como na ilusão de alternativas descrita acima, a isso costuma-se cunhar um “jogo de linguagem”. A ambiguidade de um texto é um juízo de valor que fazemos sobre um texto depois de estudá-lo e chegarmos à conclusão de que mais de um modo interpretativo lhe é possível e em condições mais ou menos similares de probabilidade: as argumentações em favor de uma ou outra interpretação são mais ou menos aceitas na mesma frequência por grupos de leitores. Enquanto investigadores de um texto literário, descrevemos os caminhos interpretativos que levam a uma e a outra interpretação possível. Individualmente, cada uma delas não oferece ambiguidade entre si, pois fez-se um recorte atômico de análise para tanto. A ambiguidade é um termo usado para designar esse fenômeno de embate interpretativo que será observado apenas quando o analista mudar o seu recorte de análise da estrutura interna de cada um dos discursos argumentativos que

sustentam cada uma das interpretações e colocá-los lado a lado, estudando-os comparativamente. Como são fenômenos interpretativos equitativamente possíveis, ao ler o texto alternadamente de uma forma, depois de outra, e ser possível sempre optar por voltar a uma ou outra leitura (algo da natureza da polissemia literária), isso apresenta-se para nós, leitores, como um jogo. Em todo caso, estudar paulatinamente cada uma das estruturas internas ou estudar comparativamente essas interpretações e suas relações é uma escolha de recorte de pesquisa do investigador. Isso também é válido para a complexa relação entre pai e filho, como será feito por Pimentel (2018). Dizer que uma relação é “complexa” é um juízo de valor *a posteriori* dado para, após o estudo das estruturas internas dos discursos e das relações entre eles na relação entre pai e filho, designar que ali há uma série de embates. Veja-se: pela chave de análise do local geográfico ao nascer, dá-se o rótulo “tcheco” a Kafka. Pela chave de análise do conceito metafísico de “pertencimento”, Kafka recusa o rótulo “tcheco”. Pela chave de análise da língua de escrita, dá-se o rótulo “alemão” à escrita de Kafka. Pela chave de análise do sentimento de conforto do autor com a língua ao escrever, Kafka é estranho ao alemão e assim por diante. Também ocorre entre papéis sociais: o pai é quem acusa e quem julga. Alguém acusar é plenamente inteligível para qualquer pessoa. Da mesma forma o é alguém julgar. Quando postos lado a lado (pessoa que acusa é também pessoa que julga) e comparados aos ideais de organização da justiça utilizados pelos defensores da democracia e da partição dos poderes, é que essa combinação será rotulada como “estranha” ou “inadequada”. A tudo isso dá-se o rótulo “complexo”, ainda que individualmente cada recorte não confira, por si só, qualquer dificuldade de estudo.

Outro exercício de poder e enfrentamento de Kafka dá-se pelos circunlóquios em torno de termos que, noutros contextos, seriam aceitos de modo mais automático, numa forma de negociação do código linguístico. Essa é, inclusive, uma estratégia de opressão comum do capitalismo pautado pelos discursos (falaciosos) de eficiência e simplificação: ora, se todo processo analítico justificável demanda falar sobre o todo, as partes, o processo de recorte, as formas como as partes se relacionam, a historicidade, os intervenientes, etc., exigir um discurso objetivo e simples cuja estrutura seja apenas A é B (identidade) ou A não é B (negação) é uma forma de recusar argumentos pela força/autoridade/tirania, e não pela elaboração, já que se nega a forma e, por extensão,

nega-se tudo automática e rapidamente (pela eficiência) como meio sub-reptício de não se haver com o conteúdo.

Elaborar argumentativamente a interpretação dos fenômenos complexos do mundo – que ocorrem todos simultaneamente – envolverá, sempre, uma série de perdas que são decorrentes da própria estrutura do discurso, vez que ele só pode ser descrito sucessivamente (e não simultaneamente), um tipo já de simplificação inevitável. Para contorná-la é que se prescreve a prolixidade, o circunlóquio, um tipo de “tradução intralingual”, em Jakobson (2010), ou, nos termos de Freud (1949, n.p), “[descrições falhas] têm de esperar até que possam ser suplementadas, elaboradas e corrigidas”. É o que parece ocorrer, por exemplo, com as noções de estímulo e amabilidade quando da educação das crianças:

Eu teria precisado de um pouco de estímulo, de um pouco de amabilidade, de um pouco de abertura para o meu caminho, mas ao invés disso você o obstruiu, certamente com a boa intenção de que eu devia seguir outro. Mas para isso eu não tinha condições. Você me estimulava, por exemplo, quando eu batia continência e marchava direito, no entanto eu não era um futuro soldado (KAFKA, 1997, n.p).

Obstaculizar o desenvolvimento dos potenciais identificados de uma criança seria, em linguagem corrente, o oposto do estímulo e amabilidade. Entretanto, acusar o pai de castrador e vil poderia ser negado pelo poder de nomear a que ele mesmo (o pai) foi investido enquanto autoridade/tirano/soberano. Logo, Kafka abre mão do significado comum de “estímulo” e “amabilidade”, acatando sem resistência a forma de significá-los do pai. Cria, assim, novamente um contragolpe de duplo-vínculo: para negar a razão ao discurso, perde-se o caráter estimulador e amável; para se manter com o caráter estimulador e amável, dá a vitória à razão de Kafka.

Naturalmente, todas essas defensivas de Kafka poderiam ser combatidas no plano argumentativo pelo pai em se enveredando pelos detalhes. Em vez de negar todo o discurso, poderia dividi-lo e negá-lo em partes: aceita os eventos em que o estimulava e nega que houvesse obstruído os caminhos próprios do filho. Entretanto, ao fazê-lo (não dando vitória absoluta à razão de Kafka), ele dá vitória absoluta ao método analítico-interpretativo de Kafka (olhar pormenores de eventos em sua historicidade e

repercussões). De todas as formas, Kafka sempre sai ganhando algo com a estrutura discursiva do texto de sua carta.

A vitória não é absoluta, mas ela – finalmente – ocorre em alguma medida, sendo um ponto de virada importante na relação opressora. Ainda há e talvez sempre existirá um mundo de elementos de controle, mas esse controle deixa de ser definitivamente absoluto, vez que Kafka finalmente pode definir a direção da despedida, ainda que não possa evitá-la.

Meus escritos tratavam de você, neles eu expunha as queixas que não podia fazer no seu peito. *Eram uma despedida intencionalmente prolongada de você; só que ela, apesar de imposta por você, corria na direção definida por mim.* Mas como tudo isso era pouco! Só vale a pena falar a esse respeito porque aconteceu na minha vida, em qualquer outro lugar essa atividade não seria absolutamente notada, e mesmo assim porque dominava minha vida, na infância como pressentimento, mais tarde como esperança, mais tarde ainda como desespero, ditando-me — se se quiser, novamente de acordo com o seu figurino — minhas poucas e pequenas decisões. (KAFKA, 1997, n.p, destaque nosso).

Kafka assume-se eternamente incapaz de ditar o fim derradeiro das suas relações sociais, vez que o poder absoluto ainda é tirano, mas ganha finalmente, nesse momento, algum poder sobre o método, sendo também efêmera e teatralmente, livre e soberano de si durante o ato de escrever.

Efeitos pragmáticos da interpretação pretérita sobre a enunciação subsequente em Camus

Em *O estrangeiro*, de Albert Camus, a questão da interpretação soberana (e perversa) é ficcionalizada em torno do narrador-personagem Sr. Meursault. Em breve retrospectiva da trama, trata-se de um sujeito comum que acaba por assassinar um inimigo de seu amigo e vizinho Raymond depois de uma contenda e, pelo crime, é julgado e condenado à morte. Por se tratar de um julgamento e de um texto em primeira pessoa, temos acesso às interpretações do Sr. Meursault (enunciação subsequente) a respeito da forma como as outras pessoas do julgamento (advogado, promotor, juiz, júri, etc.) estão

interpretando (interpretação pretérita) os fatos e comportamentos dele, sendo material profícuo para a análise aqui proposta.

Como foi visto em Kafka, e já o sabendo que é impossível não comunicar (WATZLAWICK; BEAVIN; JACKSON, 1993), o comportamento seguinte de Sr. Meursault será, portanto, determinado pelas contingências presentes e pretéritas. Do presente (momento em que as cenas ocorrem), estão os discursos do seu ambiente social. Do pretérito, estão as autorregras que ele impõe a si mesmo, seu conjunto de valores e princípios, que guiam a sua decisão por agir de uma ou outra forma, e são intuídas a partir de indícios lançados ao longo da trama, em especial no seu princípio. A um primeiro olhar, vários eventos antecedentes parecem não guardar qualquer relação com a trama e o julgamento, mas entende-se depois que se trata de uma estratégia estilística de Camus para construir a personalidade do personagem e, em outros momentos, instanciar personagens secundários e fatos menores que serão resgatados posteriormente.

A interpretação de Manuel da Costa Pinto, prefaciador da edição usada neste estudo, assim descreve o Sr. Meursault:

Meursault é um funcionário de escritório, na cidade de Argel, que assiste *indiferente* ao enterro da mãe, para em seguida se enamorar de uma ex-colega de trabalho e se deixar envolver numa trama de vingança amorosa que lhe é inteiramente alheia, mas cujos acasos o levarão a cometer um assassinato. Estamos diante de uma *consciência esvaziada*, estranha (ou "estrangeira") a tudo, que vive no tempo presente e na *recusa de estabelecer nexos* entre a gratuidade dos fatos. (PINTO *apud* CAMUS, 2019, n.p, destaques nossos).

No mesmo prefácio, a suposta indiferença do Sr. Meursault é justificada da seguinte forma: “[...] a todo momento responde às demandas alheias com a frase “Tanto faz” (PINTO *apud* CAMUS, 2019, n.p).

Interessante notar que essa interpretação do prefaciador coincide com a interpretação, no mundo ficcional, das pessoas do tribunal sobre o Sr. Meursault. Isso se dá tanto em relação ao enterro da mãe quanto ao suposto esvaziamento da consciência, que foram os principais motes para a condenação à pena máxima. Não à toa, o defensor sintetizará: “– Afinal, ele é acusado de ter enterrado a mãe ou de matar um homem?” (CAMUS, 2019, n.p).

Em que pese a tirada satírica do defensor, parece válida também a hipótese interpretativa de que Meursault será julgado, de fato, por pensar por conta própria e

responder seguramente às questões cotidianas com um critério metodológico mais rigoroso. Aqui também a significação de “inteligência” ou “sabedoria” ganha um relevo enorme, justificando, talvez, a opção de Camus em inserir o trecho:

Eu ouvia e entendia que me consideravam inteligente. Mas não compreendia bem por qual motivo as qualidades de um homem comum podiam tornar-se acusações esmagadoras contra um culpado (CAMUS, 2019, n.p).

Ora, espera-se de um sujeito comum (um mero funcionário de escritório) a sujeição completa à cultura, às instituições e às expectativas alheias. Meursault, entretanto, muito opostamente ao apático que fora pintado, não se rende a qualquer persuasão que não tenha crivo no raciocínio. Inteligentíssimo, ele se recusa a estabelecer os nexos que, segundo seu julgamento, de fato não existem. É por sua insubordinação – e em especial porque ela é decorrente de um juízo lógico bem estruturado – que será condenado.

Para avaliar a hipótese, parte-se da anterior: a indiferença. Dela, tem-se a repetição do “tanto faz”, usado para: a) responder a Raymond se gostaria de ser amigo dele; b) responder a Raymond se aceitaria ser testemunha do inquérito a que Raymond respondia; c) responder ao patrão se estaria disposto a mudar-se para Paris a trabalho; d) responder a Marie se se casaria com ela; e e) refletir sobre a diferença da morte aos trinta ou aos setenta anos de idade.

Entretanto, todas as situações mencionadas apenas sugerem a indiferença na superficialidade, tratando, por muitas vezes, do seu oposto. A pergunta de Raymond sobre amizade dá-se encavalada a um discurso utilitarista (pressuposto):

Declarou-me então que, justamente, queria pedir-me um conselho a propósito deste assunto, que eu, sim, era um homem que conhecia a vida, que podia ajudá-lo e que *em seguida ficaria meu amigo*. Não disse nada e ele me perguntou de novo se eu queria ser amigo dele. Respondi que tanto fazia; ele ficou com um ar satisfeito. [...] Raymond me disse que não se sentia capaz de escrever a carta necessária e que pensara em mim para redigi-la. Como eu nada dissesse, perguntou-me se me importava de fazê-lo agora mesmo. Respondi que não. [...] Escrevi a carta. Redigia um pouco sem pensar, mas *esforcei-me o mais possível para contentar Raymond, pois não tinha razão nenhuma para não contentá-lo*. [...] Tanto fazia ser ou não amigo dele, e ele parecia realmente ter vontade disso. (CAMUS, 2019, n.p, destaques nossos).

Como se depreende do primeiro destaque, a amizade enquanto uma relação de troca é pressuposta por Raymond. Esse modelo de amizade não gera qualquer interesse

em Meursault. Ele, entretanto, não é indiferente a Raymond, uma vez que se esforça para contentá-lo mesmo sem razão para tanto e acabará por aceitar a amizade também em reconhecimento da vontade e do desejo dele. A ajuda gratuita que Meursault dispensa a Raymond com a carta e o testemunho se repete também com Emmanuel, que no cinema “[...] nem sempre compreende o que se passa na tela. É preciso, então, dar-lhe explicações” (CAMUS, 2019, n.p) e com o velho Salamano, a quem Meursault explica detalhes sobre os procedimentos dispendidos aos cães perdidos. Meursault, portanto, ignora a entidade mítica “amizade” – a qual, sendo para ele uma fantasia, não há que ser desejada em si mesma –, mas não é indiferente às pessoas – essas, sim, existem –, tanto que nas reflexões finais com a proximidade do extermínio, elas todas voltam-lhe à mente e Raymond é cunhado “amigo”. A amizade, se assim optar-se por usar o termo, acaba por ocorrer, e ela pode até ser reconhecida, mas é apenas uma palavra que designa um fenômeno consequente – topográfico – e não a origem essencial das relações amistosas – que se baseia, ao que parece a Meursault, em algo mais próximo de uma ajuda mútua e desinteressada. Nota-se que esse modo de relacionar-se é tão autêntico que seus pares empenham-se, ainda que não consigam, em ajudá-lo no tribunal, como em:

Também mal escutaram Salamano quando recordou que eu fora bom para o seu cão e quando respondeu a uma pergunta sobre a minha mãe e sobre mim dizendo que eu a colocara no asilo porque já não tinha mais nada a dizer-lhe e que a tinha internado no asilo por esta razão.

— É preciso compreender — dizia Salamano —, é preciso compreender. Mas ninguém parecia compreender. (CAMUS, 2019, n.p).

Em relação ao trabalho e à mudança de vida, o “no fundo tanto fazia” não é gratuito, de modo que não poderia se considerar algo como uma apatia ou indiferença absoluta. Muito pelo contrário, à afirmação dessa conclusão, segue-se um parágrafo de reflexão a respeito da situação relacional com o chefe (“Teria preferido não o aborrecer” (CAMUS, 2019, n.p)), da sua vida atual (“[...] não me desagradava em absoluto” (CAMUS, 2019, n.p)) e da pregressa (“[...] quando tive de abandonar os estudos compreendi muito depressa que essas coisas [ambição] não tinham real importância” (CAMUS, 2019, n.p)). Novamente, o juízo é metodologicamente muito acertado, comparando a situação atual e futura e avaliando o real valor do trabalho em si mesmo. No trecho, os negócios resumem-se ao modelo capitalista de megalópolis (Paris), tratar “diretamente com as grandes

companhias” e que o motivo de ser da ambição eram os negócios em si mesmo (“[...] não tinha ambição e que isto era desastroso nos negócios” (CAMUS, 2019, n.p)). Já o vimos que as leis, as autoridades e as instituições são ficções para o exercício da tirania e elas em nada interessam a Meursault.

Na mesma linha segue a instituição do casamento com Marie:

À noite, Marie veio buscar-me e perguntou se eu queria casar-me com ela. Disse que tanto fazia, mas que se ela queria, poderíamos nos casar. [...] Era ela, aliás, quem o perguntava, e eu me contentava em dizer que sim. Observou, então, que o casamento era uma coisa séria.

— Não — respondi.

Ela se calou durante alguns instantes, olhando-me em silêncio. Depois, falou. Queria simplesmente saber se, partindo de outra mulher com a qual tivesse o mesmo relacionamento, eu teria aceitado a mesma proposta.

— Naturalmente — respondi.

Perguntou então *a si própria se me amava, mas eu nada podia saber sobre isso.* (CAMUS, 2019, n.p, destaques nossos).

Com a rapidez do texto, ao leitor comum, a atitude de Meursault pode soar como uma indiferença. Entretanto, novamente, sobrestando o julgamento por alguns instantes, a análise pormenorizada do raciocínio rápido de Meursault repete o seu profundo interesse por Marie. O casamento é uma instituição – e, pois, um tipo de ficção –, de modo que o juízo é imediato: não é uma coisa séria. Todo modo, em sendo um desejo de Marie, casaria sem qualquer obstáculo. Meursault desconhece o amor transcendental (topografia consequente), mas ao longo de todo o texto expressa a afeição por Marie e fica atento a seus sentimentos (“[...] eu estava com vontade de beijá-la”, “Marie saltava de alegria”, “[...] assobiava e parecia muito contente”, “Marie divertia-se espalhando as pétalas das flores”, “Afastei-me com Marie e nos sentíamos um só nos nossos gestos e no contentamento” (CAMUS, 2019, n.p)). Em outros momentos mais reflexivos, chega a ser taxativo: “[...] as mais tenazes das minhas alegrias: cheiros de verão, o bairro que eu amava, um certo céu de entardecer, o riso e os vestidos de Marie” (CAMUS, 2019, n.p) e “Levei tempo para compreender nesse momento por que ele dizia ‘sua amante’, e para mim ela era Marie” (CAMUS, 2019, n.p).

Na sequência, ele parece levar à literalidade “o mesmo relacionamento” para responder “naturalmente”, o que é plausível pela recorrência do estilo de seu raciocínio, e que já se confirma na sequência: da parte dele, não poderia ter conhecimento certo

nenhum sobre o sentimento (comportamentos privados) de Marie. As afirmações são, pois, quase aforismas epistemológicos, dizendo tão somente do raciocínio afiado de Meursault. Associar tal modelo de raciocínio à indiferença e apatia é sobrevalorizar a oposição didática e cultural feita entre razão e emoção, como se fossem elementos mutuamente excludentes.

Por fim, quanto à suposta indiferença da morte, Meursault estabelece um jogo interessantíssimo de metacomunicação:

[...] o que me perturbava um pouco no meu raciocínio era esse frêmito terrível que sentia em mim ao pensar nesses vinte anos que faltavam para viver. O que tinha a fazer era sufocar esta sensação, imaginando o que seriam os meus pensamentos daqui a vinte anos, quando, apesar de tudo, chegasse a hora. A partir do momento em que se morre, é evidente que não importa como e quando. Portanto — e o difícil era não perder de vista tudo *o que este “portanto” representava em matéria de raciocínio* —, portanto, o melhor era aceitar a rejeição do meu recurso. (CAMUS, 2019, n.p., destaque nosso).

Existe a perturbação e juízo de que o frêmito de seu raciocínio era terrível, já afastando a indiferença e apatia. Ele é categórico quanto ao comportamento: “sufocar”. Trata-se, portanto, de algo a ser vencido pela força, e não pela lógica, totalmente diferente do seu modo de agir costumeiro. O autoengano que ele tenta é um recorte enviesado de pesquisa: “A partir do momento em que se morre...” (CAMUS, 2019, n.p). Sob esse recorte, o raciocínio é certo. Ele, então, usa forçadamente o “portanto” para inserir uma oração conclusiva na sintaxe, mesmo sabendo que, em matéria de raciocínio (significado), não poderia concluir pela aceitação da morte antecipada, uma vez que a premissa dizia apenas do pós-morte, e não dos vinte anos que lhe estavam sendo surrupiados.

Meursault desinteressa-se pelo passado e pelas estruturas do presente por, ao que tudo indica, vislumbrá-los como pura ilusão/ficção. O futuro utópico ainda tem chance de ser – desejaria, talvez secretamente, vê-lo existir em algum momento ao longo dos vinte anos que lhe foram tirados –, mas sobre o passado não há nada o que fazer. De modo pragmático, então, “Estava sempre dominado pelo que ia acontecer, por hoje ou por amanhã” (CAMUS, 2019, n.p). Ele é também um sujeito em processo, que vai elaborando suas reflexões ao longo do texto. Lá, no início, culpava-se perante o chefe e perante Marie, eventualmente. Hesitou, inclusive, antes de fumar com o porteiro na frente do caixão da

mãe, por não saber se o poderia fazê-lo. Ao final, a culpa é reconhecida como ilusão também, deixando de existir.

A insustentabilidade de sua situação aparece, finalmente, de modo explícito exatamente nesse momento. Recorde-se que ele havia sido já condenado por ser inteligente e, portanto, no raciocínio tirano de seus acusadores, despido de qualquer afetividade. Agir afetuosamente para tentar explicar-se, então, não poderia mais gerar a interpretação a favor de sua afetividade, uma vez que seria interpretado como subterfúgio premeditado para forjar uma alma que não tinha. Entende bem ele:

Gostaria de tentar explicar-lhe cordialmente, quase com afeição, que nunca conseguira arrependê-lo verdadeiramente de nada. Estava sempre dominado pelo que ia acontecer, por hoje ou por amanhã. Mas, naturalmente, no estado a que me haviam levado, não podia falar a ninguém neste tom. Não tinha o direito de me mostrar afetuoso, de ter boa vontade. (CAMUS, 2019, n.p).

Talvez a única solução a Meursault para evitar a guilhotina seria a subordinação absoluta, no passado, presente e futuro a toda a cultura (com suas exigências de afetação sentimental, sem raciocinar por conta própria, etc.). Isso, entretanto, inviabilizaria a própria obra, pois Meursault só é quem é por pensar por conta própria e ser fiel a essa proposta filosófica de vida, levando-a às últimas consequências.

As reflexões ao final da obra são o arremate de todo o estudo sociológico e filosófico operado por Camus e ficcionalizado nas palavras de Meursault: “Em resumo: o condenado era obrigado a colaborar moralmente” (CAMUS, 2019, n.p). Aqui discordamos do prefaciador Manuel da Costa Pinto que diz que “*O estrangeiro* não pertence ao rol dos romances filosóficos” (CAMUS, 2019, n.p). e que não é “[...] a ilustração ficcional de uma filosofia” (CAMUS, 2019, n.p), reduzindo-se à formulação de um “[...] sentimento de absurdo” (CAMUS, 2019, n.p).

Muito pelo contrário, lança todas as bases da crítica à racionalidade falida que comanda a sociedade hierárquica em que vivemos. Essa racionalidade, como já estudado nas seções iniciais desse artigo, baseia-se na autoridade enquanto a designadora da “verdade” simplesmente por sua pessoa, sem qualquer lastro no pensamento (quem o tinha era Meursault).

“Eis a imagem deste processo. Tudo é verdade e nada é verdade.” (CAMUS, 2019, n.p).

Conclusões

Em Kafka, foi visto que o autor, em *Carta ao Pai*, é capaz de elaborar ficcionalmente a suposta relação de opressão que viveu ao longo da vida, rompendo com o controle absoluto do pai. Um processo que se inicia no campo próprio da desrazão – a literatura pura – e chega à elaboração mais denotativa e metacomunicacional na *Carta*. Nesse espaço epistolar, Kafka diz longamente da liberdade finalmente ganhada, sendo o instante em que consegue ser pontualmente soberano. Obviamente, como visto desde a revisão de literatura, o leitor da *Carta* de Kafka vem a ser, em momento posterior, soberano sobre a interpretação a ser dada à condição de Kafka. Esse leitor pode acusá-lo livremente de ainda ser um controlado eterno pelo pai pelo argumento de Kafka ter dedicado muitas páginas a falar desse pai.

Entretanto, balizar o grau de controle exercido pelo pai sobre Kafka no número de laudas descritas é, igualmente à estratégia perversa dos tiranos, rejeitar o conteúdo pela forma. Kafka não tem outra saída a não ser discorrer longamente sobre o seu ínfimo e final ganho de liberdade. Do contrário, dizê-lo objetivamente apenas algo da ordem de “já não sou mais controlado pela figura de meu pai”, poderia igualmente ser interpretado, no viés psicanalítico freudiano, como mera negação e prova negativa ela-mesma do controle (um absurdo lógico que também só é sustentado pela crença forjada de que os psicanalistas – autoridades – são os seres aptos a iluminar as verdades dos discursos e dos inconscientes de seus analisados).

Em suma, confirma-se a perspectiva de Levinas (1982) de que a ética precede o conhecimento. Logo, a decisão do leitor sobre qual interpretação privilegiar está dada *a priori* por sua índole autoritarista ou libertária. Desejando um Kafka livre, joga-se luz às estratégias de luta criadas pela estilística e pragmática de seu texto e as repercussões que isso gera ao sujeito. Desejando, perversamente, rotular Kafka de problemático e

eternamente controlado, argumenta-se superficialmente que mencionar o pai é suficiente para demonstrar a imensa presença desse pai ainda na vida de Kafka. Sendo o leitor o soberano final sobre a interpretação, suas leituras dizem mais de si e de sua ética do que, enfim, do próprio texto lido.

Exatamente na mesma linha corre a relação do leitor com Meursault em *O estrangeiro*, de Albert Camus. Cunhá-lo indiferente diz da índole autoritarista do leitor, desejando, perversamente, que se torne o modelo de humano submisso cultuado socialmente e que serve muito bem à manutenção das estruturas hierárquicas de opressão. Sendo Meursault o sujeito sublime que é, tal pressão o faz responder com elaborações cada vez mais pungentes do seu pensamento sobre a sociedade.

As interpretações autoritaristas (por um Kafka controlado e um Meursault indiferente) são possíveis e, arrisco, até majoritárias (mais prováveis). Isso, entretanto, parece revelar apenas um sintoma de nossa sociedade, ensejando que reflitamos sobre nossa ética antes de enveredarmo-nos em buscar uma suposta “verdade” ou “leitura correta” sobre o texto. Eis a nossa leitura, momentaneamente soberana, efêmera e encenada, das leituras alheias: são majoritariamente perversas.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

BATESON, Gregory. **Mente e Natureza**. Tradução: Claudia Gerpe. Rio de Janeiro: F. Alves, 1986.

BLANCHOT, Maurice. **O espaço literário**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

CAMUS, Albert. **O estrangeiro** [recurso eletrônico]. Tradução: Valerie Rumjanek. Rio de Janeiro: Record, 2019.

COSTA LIMA, Luiz. **História. Ficção. Literatura** [recurso eletrônico]. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

- EAGLETON, Terry. **Como ler literatura**: um convite [recurso eletrônico]. Porto Alegre: L&PM Editores, 2019.
- EVA, Luiz Antonio Alves. O primeiro cético (acerca da coerência do pirronismo). *In*: SILVA FILHO, Waldomiro José (Org.). **O Ceticismo e a possibilidade da Filosofia**. Ijuí: Editora Unijuí, 2005, p. 45-86.
- FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.
- FREUD, Sigmund. **Esboço de psicanálise** [recurso eletrônico]. Londres: Hogarth Press e Instituto de Psicanálise, 1949.
- ISER, Wolfgang. **O ato da leitura**: uma teoria do efeito estético vol. 2. São Paulo: Editora 34, 1999.
- JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 2010.
- KAFKA, Franz. **Carta ao Pai** [recurso eletrônico]. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Totemismo hoje**. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.
- LEVINAS, Emmanuel. **Ética e Infinito**. Lisboa: Edições 70, 1982.
- METCALF, Linda. **Solution Focused Narrative Therapy** [recurso eletrônico]. New York: Springer Publishing Company, 2017.
- PELBART, Peter Pál. **Vida capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2011.
- PIMENTEL, Davi Andrade. 'Amerika', de Franz Kafka: de pai para filho. **Gragoatá**, Niterói, v. 23, n. 45, p. 68-91, 30 abr. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33565>. Acesso em 16 jun. 2023.
- ROSENFELD, Anatol. **Texto/Contexto I**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1996.
- SKINNER, Burrhus Frederic. **Sobre o behaviorismo**. São Paulo: Cultrix, 1974.
- SKINNER, Burrhus Frederic. **O comportamento verbal**. São Paulo: Cultrix, 1978.
- WATZLAWICK, Paul; BEAVIN, Janet Helmick; JACKSON, Don D. **Pragmática da comunicação humana**: um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação. São Paulo: Cultrix, 1993.
- WILLIAMS, Raymond. **Culture & Society**: 1780-1950. Garden City: Anchor Books, 1958.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Tractatus logico-philosophicus**. São Paulo: Editora Nacional, 1968.

Recebido em 25/04/2023.

Aprovado em 10/07/2023.